

| 574 | A METRÓPOLE E A REGIÃO NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE
DA CENTRALIDADE DE BELÉM A PARTIR DA REDE DE
ABASTECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA CEASA (CENTRAL DE
ABASTECIMENTO DO PARÁ)¹.

Marcio Douglas Brito Amaral, Thiago Alan Guedes Sabino

Resumo

O texto tem como objetivo analisar a relação metrópole e região na Amazônia a partir do entendimento da rede de abastecimento e distribuição da Ceasa (Central de Abastecimento do Pará) de Belém. Procura-se sustentar que por mais que esta metrópole seja vista como um centro urbano relacional, não se pode desprezar o fato de que ela ainda desempenha funções tradicionais, especialmente no que se refere à mediação de fluxos de mercadorias produzidas, na grande maioria, em outras regiões do país. Não se trata simplesmente de pensa-la como um entreposto, mas de sugerir a necessidade de pensar a acumulação também no processo de circulação, como parte do processo geral de produção da mercadoria.

Introdução

O texto tem como objetivo principal analisar a relação entre metrópole e região na Amazônia a partir da análise da rede de abastecimento e distribuição da Ceasa (Central de Abastecimento do Pará). Busca entender o significado da metrópole de Belém dentro da região depois de seu processo de integração, como fronteira econômica, ao mercado nacional e a acumulação do capital.

O contexto das discussões aqui realizadas é o período atual, em que ganha relevância o processo de diversificação das dinâmicas econômicas da Amazônia, bem como suas expressões geográficas, particularmente, as relações da metrópole com a região. Como Becker (2005) tem destacado essas novas dinâmicas que se impõe a região, têm como consequência a produção de novos padrões urbanos contemporâneos, que ainda precisam de estudos mais detalhados, como por exemplo, o adensamento de cidades que formou um subsistema espacial de Vilhena a Porto Velho, em Rondônia; a interiorização da urbanização no sudeste do Pará, entre Marabá e Redenção; e a emergência de subsistemas urbanos adensados em torno de São Luiz, Palmas e Mato Grosso.

Embora este não seja um tema novo, ao abordá-lo de outra perspectiva, conseguimos chegar a resultados diferentes dos até então encontrados, o que nos permitiu

¹ Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa **Metropolização e Cidades Médias na Amazônia**: as relações estabelecidas entre Belém e Castanhal, que recebe apoio do Programa de Apoio ao Doutor Pesquisado (PRODOUTOR-212), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

problematizá-los e apontar novos caminhos de interpretação. Inicialmente, procuramos mostrar que os estudos que se propõe a fazer esse tipo de análise, têm na sua grande maioria postulado a perda de importância da metrópole de Belém dentro da Amazônia, o que consideramos equivocado, ao se trabalhar com os dados relativos à rede de abastecimento e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros realizados pela Ceasa de Belém.

Por outro lado, os estudos que ainda defendem a permanência da centralidade desta metrópole dentro da região, acabam enfatizando muito mais o seu papel de centro urbano relacional, enfatizando-a como metrópole informacional, não abordando, portanto, determinadas funções, como a de abastecimento e de distribuição de mercadorias, consideradas tradicionais e pertencentes a uma função pretérita das metrópoles.

A perda de importância da metrópole de Belém dentro da região Amazônica: um lugar comum nos estudos recentes

Por mais que em seu estudo, já clássico entre nós da Amazônia, Corrêa (1989) ao analisar as transformações ocorridas na dinâmica regional que afetaram diretamente a estruturação da rede urbana aponte como uma das características importantes à ratificação da tendência à urbanização concentrada, inclusive com a ascensão, além das duas metrópoles regionais (Belém e Manaus), das capitais estaduais influenciadas pela ação do Estado, que estabeleceu um número amplo de instituições vinculadas às novas atividades implantadas ou em implantação na região, e pela ação das empresas privadas, que foram atraídas tanto para as atividades regionais, quanto pela possibilidade de investimento em comércio e serviços para atendimento da população local; não devemos fechar os olhos para um lugar comum nos estudos recentes: *o postulado da perda de importância da metrópole de Belém dentro da região amazônica.*

Becker (2005), por sua vez, mostra a partir dos níveis de centralidade das cidades e subsistemas urbanos que o conjunto de cidades da Amazônia Legal se caracteriza pela presença de poucos centros com centralidade expressiva e por um grande número de cidades com fraca e muito fraca centralidade. Dessa forma, afirma que apenas três cidades podem ser definidas como metrópole na região - Manaus (1.394.734 habitantes), Belém (1.754.099 habitantes) e São Luís (835.325 habitantes) - sendo que as demais capitais estaduais têm centralidade muito reduzida e submetida a essas capitais ou a outras de fora da região. Além disso, acredita ser possível identificar cinco subsistemas no que se refere à rede urbana regional e sua área de influência: três subsistemas regionais, comandados por Manaus,

Belém e São Luís; e dois subsistemas subordinados aos sistemas de São Paulo e Goiânia, que tem nas cidades de Cuiabá, Imperatriz e Araguaína seus centros de segunda ordem.

Conforme demonstra Becker (2005), é bastante visível a disputa pelo comando do espaço regional nas interseções existentes entre os subsistemas. Das interseções apontadas pela autora, duas são importantes para visualizar a fragilidade do papel de comando desempenhado por Belém dentro da região: 1) Interseção de Manaus e Belém que disputam a área de influência do Vale do Amazonas, mais precisamente as cidades de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Prainha; 2) Interseção de Belém e Goiânia/Brasília no sudeste do Pará, com destaque para o último subsistema que expandiu seu comando para as cidades de Parauapebas e São Félix do Xingu. A terceira tem mais relação com Manaus e sua disputa pelo subsistema subordinado a São Paulo, cujas cidades de Cacoal, Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste, Cerejeira e Colorado do Oeste, são pontos importantes dessa influência direta da metrópole global em Rondônia.

Sathler, Monte-Mor e Carvalho (2009) ao analisar o que definem como sendo o real significado das relações entre as cidades da região amazônica com base, em grande medida, nas informações apresentadas pelo IBGE (2008), afirmam que por mais que a rede urbana regional tenha conseguido estruturar uma hierarquia urbana aparentemente similar à das demais regiões do Brasil, com centros regionais e locais visivelmente distinguíveis, não se pode deixar de considerar que suas dinâmicas demográficas, socioeconômicas e espaciais são distintas. Dessa forma, consideram equivocado afirmar que as cidades amazônicas não estão mais organizadas num modelo simplificado de rede urbana, cujo rompimento ocorreu com a presença de cidades médias e com o crescimento econômico de alguns pequenos municípios.

Afirmam que é preciso considerar a situação de fragilidade em que se encontram essas redes urbanas amazônicas, devido, principalmente, à existência de impedimentos ao fluxo de pessoas, mercadorias e serviços, tais como: as grandes distâncias, que separam as capitais das demais cidades e vilas; a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em grande parte do território amazônico; e a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais fundamentais para permitir o seu acesso nos diferentes tipos de fluxos. Em face disso, argumentam que Belém e Manaus não têm condições de organizarem o território amazônico de modo a fazer a intermediação dos pequenos e médios núcleos com o restante do país, da América do Sul ou do mundo. Todos os dados, por eles analisados, indicam a fragilidade dessas metrópoles em ordenar a rede urbana regional.

Essa hipótese da perda de importância da metrópole de Belém dentro da região amazônica pode ser verificada de forma mais precisa e explícita ainda, no conhecimento produzido pelas grandes instituições que dão suporte às políticas públicas voltadas ao planejamento do desenvolvimento do país. Neste sentido, a primeira pesquisa aqui analisada foi realizada em conjunto pelo IPEA, IBGE e UNICAMP (2002), com o objetivo de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e execução de uma política urbana nacional e, ao mesmo tempo, subsidiar as políticas públicas de caráter setorial e territorial. Sua hipótese central é a de que a reestruturação econômica em curso no Brasil produziu uma urbanização heterogênea e diversificada, cujas principais características são: a interiorização do fenômeno urbano, a rápida urbanização das áreas de fronteira econômica, o crescimento de cidades médias, a expansão da periferização dos centros urbanos e a formação e consolidação de centros urbanos metropolitanos e não-metropolitanos.

Para a Amazônia, acompanhando o raciocínio geral desenvolvido para o país, o estudo demonstra que com o esgotamento da economia da borracha, cujo funcionamento era a principal fonte de monetização dos espaços econômicos, a região passou a ser pressionada pela dinâmica de modernização da indústria e da agricultura do Sudeste e pelos efeitos dela decorrentes em termos de reorganização geográfica da produção, no entanto sobre forte intervenção do Estado. Essa nova estrutura produtiva acabou aumentando a presença das chamadas “territorialidades formais” na tomada de decisões, e fortalecendo as capitais, que se tornam espaços privilegiados para a articulação dos interesses econômicos e políticos. Assim, são nas capitais estaduais que se concentram as principais estruturas decisórias no interior da rede de cada Estado, o que resultou na emergência de fluxos mais frequentes e mais intensos entre a capital e as cidades de cada Estado, não apenas em função do peso político exercido pela capital, mas também pelo avanço do significado econômico de cada capital para sua “região estadual”.

Quanto à Manaus e Belém, pode-se dizer que já não organizam mais vida econômica da Região Norte e distribuem serviços para uma área cada vez mais reduzida do espaço regional, principalmente, dentro de seus próprios estados, ou naqueles serviços mais especializados acabam desempenhando o papel de núcleo metropolitano (Belém) ou de centro regional (Manaus).

Dentro do Estado do Pará, Belém que antes desempenhava o papel de cidade primaz dentro de uma rede urbana dendrítica, tem seu papel alterado em função de novas relações e nós que refazem as relações com a rede urbana nacional. Primeiro, sua área de influência é redimensionada, devido ao aparecimento de novas áreas regionais submetidas à

influência de outros centros e produzindo subsistemas regionais, como é o caso de Rondônia, Acre e Amazonas. Segundo, o Pará, em função de sua posição herdada de configurações urbanas pretéritas, avança no fortalecimento de uma rede urbana regional mais complexa, em que Belém aparece como núcleo central, decorrente de sua posição na configuração da região metropolitana e de sua área de influência sobre importantes subsistemas em que aparecem cidades como Santarém, Itaituba e Marabá. Distanciando-se da área de influência da região metropolitana, Marabá e Itaituba exercem importantes papéis como nódulos de configuração sul da rede urbana regional, principalmente ao longo dos eixos rodoviários, já Santarém se coloca num papel mais amplo, ao se posicionar como nódulo na ligação entre as áreas de influência de Belém e Manaus, principalmente ao longo da malha fluvial.

O segundo estudo importante para nossa reflexão foi realizado pelo IBGE (2008) denominando-se Regiões de Influência das Cidades 2007 (REGIC), cujo objetivo central é investigar os níveis superiores da rede urbana a partir dos aspectos de gestão federal e empresarial e da dotação de equipamentos e serviços. Em termos mais específicos, busca, de um lado, identificar os pontos do território a partir dos quais são emitidas decisões e é exercido o comando em uma rede de cidades; e, de outro lado, procura identificar os níveis mais baixos da rede e a delimitação das regiões de influência.

Nesse estudo, a Amazônia aparece como a região brasileira que mais se transformou nas últimas três décadas, acompanhado de perto o processo de ocupação do território nacional. Enquanto no topo da rede urbana brasileira se verificou poucas alterações nesse período (destaca-se apenas a ascensão de Manaus e Brasília a condição de metrópole), na região amazônica emergiram diversos centros, principalmente na escala intermediária, tais como, as capitais regionais - Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá (PA), Santarém (PA), Macapá (AP) e Imperatriz (MA) - e centros sub-regionais - Sinop (MT), Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal e Ariquemes, em Rondônia, Tucuruí, Paragominas e Itaituba, no Pará.

Para o IBGE (2008) as principais mudanças ocorreram de um lado, em função do adensamento ou da emergência de redes em área que anteriormente eram rarefeitas e, de outro lado, devido ao fortalecimento das capitais estaduais. Dessa forma, algumas mudanças que apareciam como tendências, no estudo anterior (1993), acabaram se consolidando e provocando alterações na estrutura da rede. No caso específico de Belém, por um lado, consolidou-se a tendência de que perdeu influência direta na área de Redenção, um centro sub-regional, que passou a ser influenciado diretamente por Araguaína e Marabá, bem como sobre Imperatriz (MA), que passou a se ligar diretamente a capital regional de São Luís

(MA). Por outro lado, contudo, no oeste do Pará, Belém teve sua hegemonia garantida, principalmente junto às cidades de Santarém, Óbidos, Monte Alegre e Prainha.

O terceiro estudo, aqui analisado, foi realizado por Brasil (2008) e tem como preocupação central a organização do território brasileiro e a construção de uma regionalização nas escalas macrorregional e sub-regional capaz de propiciar e subsidiar a escolha e a localização de investimentos, junto com a articulação de políticas públicas. Diferente de outros trabalhos busca utilizar critérios econômicos, ambientais e sociopolíticos para definição das regiões, dando relevância ao papel desempenhado pelas cidades nesse processo, devido a sua força polarizadora para uma determinada área de influência, e apostando em estratégias de desconcentração com o desenvolvimento mais equilibrado, o que exige que se proponham novos polos dentro de uma concepção de rede policêntrica de cidades.

Na Amazônia Legal identificou três “territórios estratégicos”, com suas respectivas macrorregiões, macropolos e subpolos que interessam mais de perto a presente análise. O primeiro desses territórios é o “Bioma Florestal Amazônico”, uma área de baixo nível de ocupação humana e que apresenta como desafios principais, compatibilizar o aproveitamento da biodiversidade com a sustentabilidade e a geração de riqueza e renda, e impedir a antropização, por meio da criação de novas cidades, com padrões produtivos existentes na região, especialmente a agropecuária. Dentro desse bioma se encontra a Macrorregião polarizada por Manaus, que faz parte dos onze macropolos consolidados do Brasil e possui significativa força ordenadora de seu entorno, devendo receber investimentos no sentido de redirecionar seu crescimento para promover a integração regional, a pesquisa concentrada no aproveitamento dos recursos naturais (conhecimento endógeno com forte incorporação de valor ambiental) e o turismo ecológico, tornando-se um paradigma de “cidade da floresta”. Ainda nessa área deve-se destacar o fortalecimento de uma rede de subpolos seguindo os contornos da floresta (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Boa Vista e Macapá) e os extremos da rodovia Cuiabá-Santarém (Sinop e Santarém), que funcionariam como “centros de controle geopolítico”, uma forma de impedir a ocupação predatória da floresta e garantir o controle territorial da região, e como “centros geradores de conhecimento”, servindo de suporte à produção de conhecimentos com base no mais recente padrão científico e tecnológico.

O segundo território é “Litoral Norte-Nordestino”, uma área de ocupação antiga que se caracteriza por apresentar elevado grau de urbanização, alta densidade demográfica e baixo nível de renda. Por se trata de uma área com grandes metrópoles (Salvador, Recife e

Fortaleza), além de grandes e médias cidades, não se deve induzir ainda mais o seu crescimento urbano, porém pela escala da urbanização que apresenta pode ser considerada uma área propícia a programas de desenvolvimento fundado no padrão urbano-industrial, com a presença de atividades de serviços e com o turismo. A macrorregião bipolarizada por Belém e São Luís, faz parte desse território estratégico, sendo vistos como novos macropolos (juntamente com Palmas, Uberlândia, Campo Grande, Cuiabá e Porto Velho), espaços com significativas carências estruturais que devem ser supridas a partir de densos investimentos públicos, principalmente no setor de serviços, a fim de que seja reforçado o seu papel primaz no desenvolvimento da região (BRASIL, 2008). No que se refere a Belém, o estudo sugere a intensificação de políticas públicas, principalmente na área de serviços, visando à sua consolidação como polo, bem como para que possa servir como ponto de apoio à expansão econômica da grande fronteira produtiva representada pelo litoral do Norte e do Nordeste.

O terceiro dos territórios estratégicos é o “Centro-Norte”, uma área formada por cerrados orientais, com menores índices de desenvolvimento, com ocupação mais recente e com baixos níveis de renda. Dele deseja-se destacar apenas a presença dos novos subpolos estratégicos de Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA), que apresentam forte potencial de integração entre Pará, Maranhão e Tocantins numa única região articulada que tem nos transportes multimodais seu principal eixo indutor de ocupação e desenvolvimento, sob o comando bipolarizado de Belém e São Luís. É uma área com forte potencial para configuração de uma “rede de cidades policêntricas”.

Há permanência da centralidade urbana de Belém na Amazônia? Uma abordagem centrada na rede de abastecimento e distribuição da Ceasa

Para responder essa questão a respeito da permanência da centralidade urbana de Belém dentro da Amazônia, vamos apresentar dados referentes ao abastecimento e a distribuição de mercadorias dentro da região, realizada a partir da Ceasa de Belém e que ajudam a pensar o significado desta metrópole como um centro mediador do capitalismo.

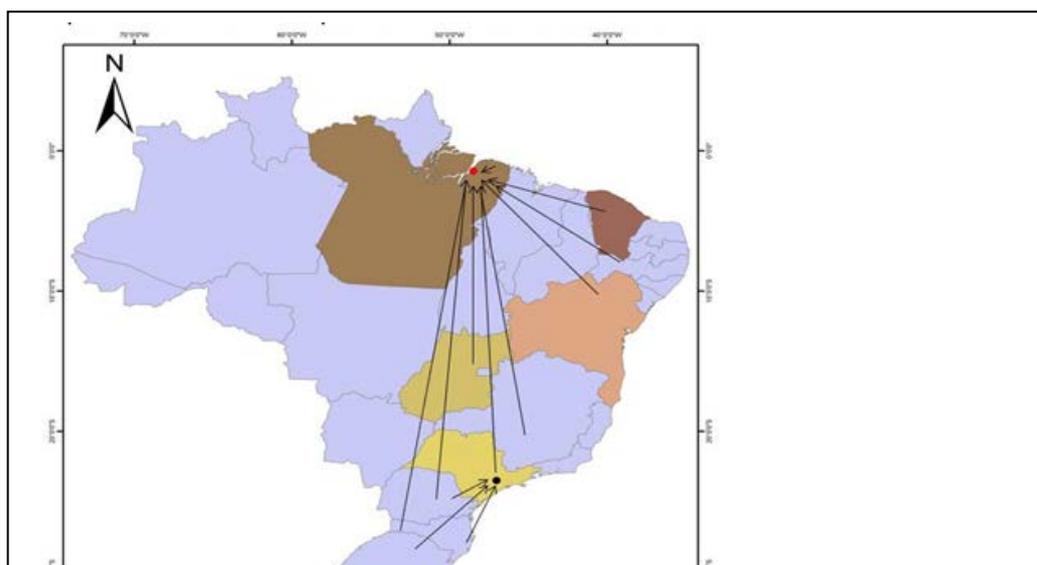
As redes de abastecimento da CEASA de Belém

Para que se entenda o papel da Ceasa – e de Belém – como um ponto nodal da rede de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros na Amazônia deve-se, inicialmente, mostrar como essa produção, realizada em diferentes lugares do Brasil e do mundo, chega até a metrópole de Belém e, a partir daí é distribuída para uma porção significativa da região em foco.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os caminhos principais para a produção abastecer os comerciantes atacadistas e/ou varejistas da Ceasa de Belém são as seguintes: a) O atacadista da Ceasa de Belém compra a mercadoria de um atravessador, denominado comprador, que obtém a mesma junto ao produtor; b) O atacadista da Ceasa compra sua mercadoria diretamente do produtor, sem a presença de intermediários; c) O atacadista da Ceasa de Belém compra a produção de outro atacadista, com destaque para a Ceagesp, mas também para a Ceasa de Minas Gerais, Goiás e Juazeiro do Norte; d) O atacadista da Ceasa de Belém compra de outro atacadista da mesma Ceasa, chamado de permissionário; e) O produtor traz sua mercadoria das áreas de produção e comercializa, pessoalmente, na Ceasa, tendo para isso que pagar uma taxa de administração.

Deve-se ressaltar que o abastecimento da Ceasa de Belém é realizado de forma direta, a partir de 21 estados brasileiros, e de forma indireta, via Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), a partir de países como a Argentina (PARÁ, 2012). No primeiro caso, pode-se dizer, tomando como referência o ano de 2011, que os estados que mais tiveram relevância nesse processo de abastecimento foram: o próprio Estado do Pará, que é responsável por 19,81%; Bahia, com 18,53%; São Paulo, com 16,83%; Ceará, com 13,87%; e o Estado de Goiás, com 6,94%. Deve-se ressaltar, porém, que essa ordem não é fixa, pois fatores exógenos, como, excesso de chuvas, secas, interrupções de estradas etc., podem alterar essa dinâmica ao longo do tempo.

No mapa 01 busca-se demonstrar, de forma mais precisa, a representação do abastecimento da Ceasa de Belém. Por meio dele verifica-se que os fluxos de mercadorias tem se dado de forma direta, saindo da área de produção com destino a Ceasa e, de forma indireta, saindo da área de produção, porém, passando por um entreposto de comercialização. Neste último caso, destacando-se a Ceagesp como o principal entreposto que fornece mercadorias para a Ceasa de Belém, principalmente, os produtos de São Paulo, do sul do Brasil e do exterior.

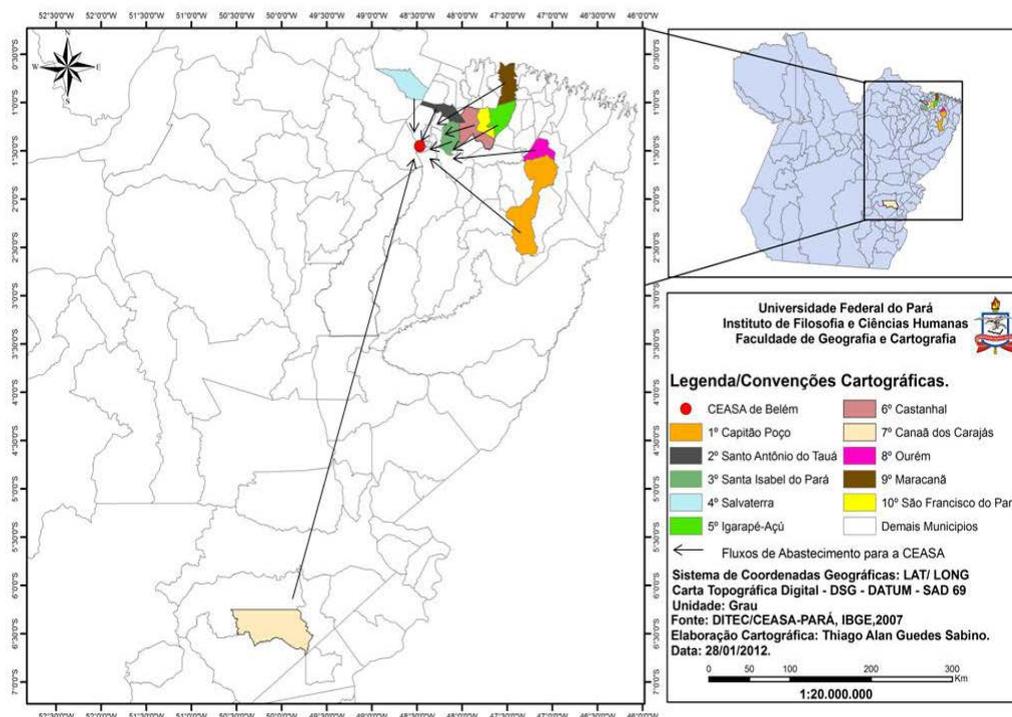


Esse mapa 01 revela a importância assumida pela região Nordeste, no abastecimento da Ceasa de Belém, com destaque para os estados da Bahia e do Ceará, que são, respectivamente, o segundo e quarto fornecedor mais importante do país. Deve-se ressaltar, contudo, que além destes cinco estados, destacados no mapa, existem ainda outros importantes centros produtores que ajudam nesse abastecimento de Belém, tais como, Pernambuco, Minas Gerais e Paraná. Além disso, é preciso afirmar que essa ordem dos cinco estados mais importantes não é fixa, podendo ser alterada, a depender dos fatores exógenos, conforme dito anteriormente.

Quanto ao abastecimento indireto, também representado no mapa 01, pode-se apontar o papel assumido por São Paulo (Ceagesp) como centro principal de abastecimento, não apenas da Ceasa de Belém, mas também do Brasil. Como demonstrou Oliveira (2004) a Ceagesp pelo volume que comercializa tornou-se muito mais do que um simples local de comercialização de mercadorias, ou seja, virou um centro formador de preços do setor hortifrutigranjeiro do país. Cabe ressaltar, ainda, que a produção distribuída pela Ceagesp, para Ceasa de Belém, é proveniente não apenas do Estado de São Paulo, mas também de outros estados brasileiros, especialmente do Sul, e do exterior, Argentina.

Ainda falando das conexões a montante - a rede de abastecimento - da Ceasa de Belém, é preciso discutir mais de perto a importância assumida pelos municípios paraenses nesse processo. No mapa 02 nota-se o predomínio dos municípios localizados na porção nordeste do Pará, área cujo potencial agrícola vem de longa data, desde o período da colonização da área do entorno da Estrada de Ferro de Bragança, a chamada Zona Bragantina. Fora essa área, foi possível identificar na coleta de dados, apenas os municípios

de Canã dos Carajás, importante fornecedor de banana, e Floresta do Araguaia, produtor de abacaxi.



Mapa 02: Mapa dos dez maiores municípios paraenses que abasteceram a CEASA de Belém em 2011. Comentário: Estes 10 municípios juntos corresponderam a 82,73% do abastecimento de todo o Estado do Pará em 2011.

Em relação aos produtos mais comercializados, bem como seus principais Estados e municípios produtores que abastecem a Central de Abastecimento do Pará podemos fazer a seguinte consideração. A banana prata é o principal produto comercializado na Ceesa de Belém. No ano de 2011, foram comercializados 38.436.064 kg, o que correspondeu a 13,35 % da comercialização total da CEASA em 2011 (PARÁ, 2012). O abastecimento deste produto acontece na sua maior parte pela importação *in natura* dos Estados do Nordeste, destacando-se a Bahia, com o município de Juazeiro, e Pernambuco, com os municípios de Petrolina, São Vicente e Machado, onde a produção ocorre o ano inteiro. É comum também, algumas vezes a chegada de banana prata de São Paulo, principalmente direto da Ceagesp, que já recebe este produto de vários locais do país. Entretanto, de maio a julho há um abastecimento do próprio Estado do Pará, destacando-se os municípios de Canaã dos Carajás, Eldorados dos Carajás, Tucumã, Novo Repartimento e Tucuruí, que são importantes na produção desta cultura no Pará. Entretanto, mesmo com o abastecimento desses municípios do Estado do Pará, não inibe a importação dos outros Estados do país.

O tomate é o segundo produto mais comercializado na Ceasa. Apesar de ser produzido em diversos estados brasileiros, está submetido a oscilações de safras, dependendo das condições abióticas a que são expostos. Deve-se considerar ainda que além das oscilações ainda existe uma questão de variabilidade do mesmo. O tomate longa vida, com um formato mais arredondado, é produzido principalmente nos Estados de São Paulo, entre os meses de janeiro e maio, com distribuição realizada pela Ceagesp, em que se destacam os municípios de Elias Fausto, Sumaré, Capão Bonito, Apiaí, São Carlos, Itapevi, Itapeva e Guapiará; Minas Gerais, com ênfase em Uberlândia, Uberaba, Araxá, Araguari, São Gotardo, São José da varginha, Barbacena, Carmópolis de Minas e Lagoa Dourada, e Goiás, com Anápolis e Cristalina, entre os meses de abril e outubro. Deve-se ressaltar ainda que quando ocorre à falta do tomate longa vida neste três Estados e uma grande oferta no sul do país, o abastecimento deste produto pode-se originar de Santa Catarina, do município de Caçador, concentrando-se nos meses de dezembro a janeiro. O tomate italianinho, ou comumente denominado de rasteiro, é oriundo principalmente do nordeste, destacando os Estados de Pernambuco, com os municípios de Petrolina, Petrolândia, Camocim de São Felix, Floresta, Salgueiro, Garanhuns, São Joaquim do Norte e Cabrobó; da Bahia, com os municípios de Irecê, Jequié, Jacobina e Seabra; da Paraíba, destacando os municípios de Boqueirão, Campina Grande e Sumé; e do Estado do Ceará, proveniente da Serra de Tiangá. No caso do Estado do Pará, apesar de também produzir esta fruta, não é capaz de oferta-la de maneira suficiente para suprir a demanda do mercado, sendo a produção comercializada próximo do seu local de cultivo, dentro do próprio município.

O terceiro produto mais comercializado na Ceasa é a batata-inglesa, produto procedente em sua grande maioria, dos Estados de Minas Gerais, principalmente de Araxá, Pouso Alegre, Uberlândia, Uberaba, Bom Repouso, Perdizes, Araguari, Nova Monte, Conquista, Patrocínio, Ipuíuna, Montes Claros, Varginha, Vargem Grande e Sacramento, e Paraná, com destaque para Contenda, Lapa e Campo Largo. Não se deve desprezar, porém, a produção proveniente do Estado de São Paulo, via Ceagesp, particularmente dos municípios de Monte Mor, Piedade, Vargem Grande do Sul, Elias Fausto e da própria capital. Além disso, esporadicamente cabe destacar a produção goiana de Cristalina.

O quarto produtor mais importante em termos de comercialização é a cebola, que a exemplo do tomate, possui uma ampla distribuição de sua produção pelo país. O maior fornecedor é a região nordeste, sobretudo entre os meses de maio e outubro, em que se destacam os estados de Pernambuco, através dos municípios de Petrolândia, Petrolina, Parnamirim e Cabrobó, e Bahia, com Juazeiro e Irecê, os dois maiores abastecedores deste

produto na Ceasa de Belém. Além do nordeste, cabe destacar a produção que chega, principalmente entre os meses de dezembro e fevereiro, via Rio Grande do Sul, dos municípios de São José do Norte, São José do Ouro e Erechim, bem como da Argentina. De São Paulo, a maior parte dos produtos vem da Ceagesp, dos municípios Piedade, São José do Rio Pardo, Itapeva, Capão Bonito, Tapiraí, Pilar do Sul e Ibuina. De Minas Gerais, destacam-se Uberaba, Ibiá, Campos Altos, São Gotardo, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Juliana e Contagem. De Goiás, a produção vem de Cristalina. Resumidamente, podemos dizer que a produção do país, concentra-se, em sua grande maioria, no vale do rio São Francisco, na região do Triângulo Mineiro e no sudeste paulistano.

O quinto produto mais importante é a laranja pera, a fruta mais cultivada do Estado do Pará, particularmente nos municípios do nordeste deste estado (Capitão Poço, Ourém, Garrafão do Norte e Irituia), e cuja participação é fundamental no abastecimento da Ceasa de Belém. É preciso destacar que a produção do nordeste paraense possui sua maior safra entre os meses de julho e dezembro, com destaque para o mês de agosto, em que ocorre o ápice da produção, e também, um momento impar, isto é, a produção local de laranja consegue abastecer 100% a Ceasa. No período da entressafra da produção paraense, contudo, é que se intensifica o fornecimento deste produto por outros estados do país, especialmente Sergipe, com os municípios de Boquim, Lagarto, Salgado e Estância, cujo fornecimento ocorre nos meses de janeiro a março; e São Paulo, com os municípios de Bauru, Limeira, Piracicaba, Rio Claro, Marília, São José do Rio Pardo, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, que abastece a região entre os meses de dezembro e março.

Considerando as redes de abastecimento da Ceasa de Belém, aqui apresentadas, podemos afirmar com mais evidência, que a metrópole de Belém, em que pesem as afirmações em contrário, ainda funciona como um ponto de mediação fundamental nos fluxos econômicos que atingem a região amazônica. Neste sentido, são equivocadas as análises que postulam a perda de importância da metrópole de Belém na Amazônia, pelo menos nesse papel de entreposto comercial para produtos alimentícios.

Para sustentar ainda mais a hipótese aqui levantada, vamos, no próximo item do texto, apresentar a rede de distribuição da Ceasa de Belém, para mostrar que sua centralidade não se limita apenas ao Estado do Pará, atingindo, também, parte da porção oeste do Maranhão, o Estado do Amapá e parte do Amazonas - no período chuvoso.

As redes de distribuição da CEASA do Pará

A Ceasa de Belém é responsável pela distribuição de mercadorias, de forma direta e indireta, para aproximadamente 100 municípios do Pará, bem como para o Amapá, o oeste do Maranhão e parte do Amazonas, principalmente, Manaus. Embora muitas cidades não dependam totalmente do abastecimento realizado via Ceasa, como é o caso, por exemplo, daquelas localizadas no sudeste paraense (Marabá, Redenção, Parauapebas etc.), não se pode desprezar o papel por ela exercido, particularmente pela presença de filiais de empresas cuja sede ainda se encontra em Belém.

As cidades que tiveram filiais abertas a partir de grupos da Ceasa de Belém foram Parauapebas, Tucuruí e Castanhal, no Pará, e Macapá, no Amapá. Deve-se ressaltar que as duas primeiras são cidades-sede de grandes empreendimentos, minerais e hidrelétricos, respectivamente, o que promoveu um maior crescimento populacional da região e uma maior articulação com redes verticais externas a própria região e ao país; já as duas últimas são consideradas cidades polos para as regiões em que se inserem, ao mesmo tempo, mantendo conexões com redes horizontais, especialmente com Belém, e com redes verticais.

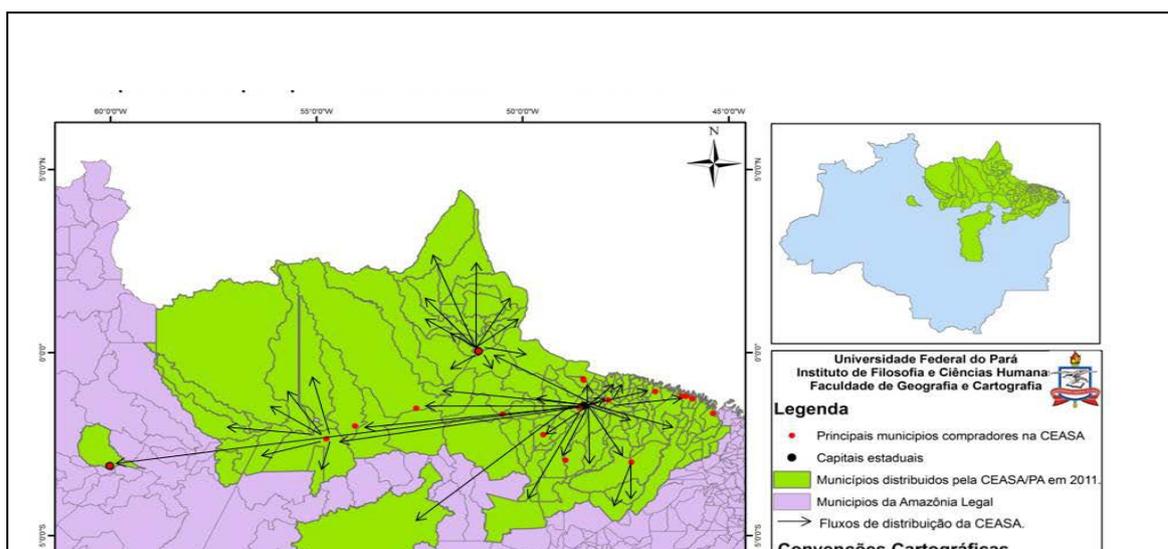
No caso das cidades que possuem filiais de empresas de Belém, como Castanhal, Parauapebas e Tucuruí, por exemplo, observou-se que uma parte significativa de seu abastecimento é feito diretamente pelos estados de São Paulo, Bahia, Pernambuco etc., sem passar necessariamente pela Ceasa de Belém, o que torna os custos mais interessantes, principalmente, em termos de transporte. Dentre essas empresas as duas mais importantes, em termos de volume de comercialização são a Fort Fruit e a Super Frutas.

O mapa 03 procura sintetizar a rede de distribuição de mercadorias realizada pela Ceasa de Belém e que expressa, em grande medida, a centralidade ainda exercida por esta metrópole na região. Por meio dele é possível destacar três áreas como sendo mais importantes na rede de distribuição de Belém. A primeira delas é o nordeste paraense e a Ilha do Marajó, considerada pelos permissionários da Ceasa como o principal mercado consumidor de suas mercadorias. Nesta área os municípios que mais se destacam, em relação ao volume comprado, são os seguintes: Bragança, Tailândia, Paragominas, Abaetetuba, Cametá, Barcarena, Breves e Salvaterra.

A segunda área refere-se ao Estado do Amapá, cujo abastecimento ocorre através da cidade de Macapá. No trabalho de campo, pode-se constatar que saem da Ceasa de Belém em direção à Macapá entre dez e quinze carretas por semana, ressaltando-se que esse número em relação à cidade de Belém é bem maior, pois existem mercadorias embarcadas no porto e em balsas particulares que não passam pela Ceasa.

A terceira área em destaque no mapa refere-se a Santarém e o Baixo Amazonas e Manaus. Embora não se compare à importância exercida no passado, quando a região era abastecida, basicamente, pela Ceasa de Belém, não se deve desprezar o papel ainda hoje exercido por Belém no processo de abastecimento dessa porção da região em determinado período do ano, o chamado inverno amazônico, como já indicado no texto. De acordo com o Sidney Oliveira, coordenador de mercado da CEASA, o fornecimento para estas cidades ainda é bastante expressivo, bem como o fornecimento realizado para alguns municípios do oeste maranhense. Para Manaus e Santarém, por exemplo, são fornecidas entre quatro e seis carretas por semana.

Dentro da região metropolitana de Belém pode-se dizer que distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros é bastante significativa, sendo os clientes, outros atacadistas, feirantes, redes de supermercados, mercadinhos, restaurantes, bancas de frutas etc. O município de Castanhal, pertencente à mesorregião Metropolitana de Belém, também é um dos municípios mais representativos, junto com a Ilha do Marajó e o Nordeste Paraense, em relação ao volume comprado na Ceasa de Belém. Deve-se ressaltar que neste município, além da presença de filiais de empresas privadas de Belém, tem-se o projeto de interiorização da Ceasa, com a presença do Mercado Livre do Produtor de Castanhal.



A comercialização e distribuição dos produtos hortifrutigranjeiros da Ceasa ocorrem toda a semana de domingo a sábado, abastecendo todos os municípios que fazem parte da sua rede, entretanto, há alguns dias em que se destacam mais algumas regiões e municípios neste processo. No quadro 02, podemos identificar os municípios/regiões que mais se destacam na aquisição das mercadorias por dia de comercialização.

A ausência de Manaus e Santarém, bem como de suas respectivas regiões, nesse quadro, se justifica pelo fato de elas não serem atendidas pela Ceasa de Belém o ano inteiro, mas no período do “inverno amazônico”, quando há escassez de produtos agrícolas nessas áreas, devido à precariedade das redes de integração rodoviária. Neste momento de escassez a Ceasa de Belém proporciona uma resposta rápida no envio de mercadorias por meio de aviões e barcos, um dos motivos que eleva o preço da mercadoria nestes locais.

Quadro 2: Distribuição semanal dos produtos hortifrutigranjeiros da Ceasa-Belém.

Dias de Distribuição da mercadoria	Municípios ou regiões que mais adquirem as mercadorias neste dia.
Domingo/Segunda-Feira	Região Metropolitana de Belém, Macapá, Santarém, Manaus, Castanhal, Bragança, Cametá, Paragominas.
Segunda-Feira/Terça-Feira	Região Metropolitana de Belém, Capanema, Abaetetuba, Barcarena, Moju, Tailândia, Baião e Mocajuba.
Terça-Feira/Quarta-Feira	Regiões em que a mercadoria é transportada via fluvial, como Breves, Melgaço, Bagre, Monte Alegre, Muaná, Almerim, Currealinho.
Quarta-Feira/Quinta-Feira	Região Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Oeste do Maranhão.
Quinta-Feira/Sexta-Feira	Região Metropolitana de Belém e Nordeste Paraense.
Sexta-Feira/Sábado	Região Metropolitana de Belém e Varejão da CEASA.

Para finalizar essa parte do texto, é importante destacar que algumas empresas do interior do Estado já começaram a comprar determinados produtos diretamente de fornecedores localizados fora da região amazônica. Além disso, há uma intenção da própria direção da Ceasa em promover a desconcentração da mesma, para diferentes municípios-polo dentro do Estado do Pará, principalmente na sua porção Sul e Sudeste. Por mais que isto esteja começando a ocorrer, é um processo ainda incipiente, que não chega a ofuscar, por enquanto, a distribuição que é realizada pela Ceasa de Belém.

Considerações Finais

Entender a centralidade urbana exercida pela metrópole de Belém na região amazônica, considerando o processo de abastecimento e distribuição de produtos hortifrutigranjeiros realizados pela Central de Abastecimento do Pará (Ceasa-Belém), significa enfrentar o desafio de analisar o processo de expansão recente do capitalismo nessa porção do território brasileiro, bem como os fluxos e redes que produzem novas verticalidades, ao mesmo tempo em que mantém algumas velhas horizontalidades.

Por mais que essa metrópole seja um vista como um “centro urbano relacional” (TRINDADE JR, 1998), não se pode desprezar o fato de que ela ainda mantém, pelo menos no que se refere ao abastecimento e a distribuição de produtos pela Ceasa, a função de mediadora de fluxos decorrentes da circulação de mercadorias, que embora produzidas em outras regiões - na sua maior parte - ainda tem a metrópole de Belém como de suma importância no processo de circulação dessas mercadorias, o que sugere para a geografia a necessidade de pensar a acumulação também no processo de circulação.

Os dados aqui discutidos permitem dizer que a metrópole de Belém, através da Ceasa, centraliza uma rede de abastecimento e de distribuição de produtos hortifrutigranjeiros de suma importância para grande parte da região amazônica. Não se deseja com esta afirmação, contudo, dizer que a velha relação polo-hinterlândia ainda se mantém na Amazônia. Na verdade, estamos fazendo uma constatação de que embora o processo de distribuição de mercadorias na região tenha se alterado ao longo do processo de

integração da Amazônia ao restante do país, com o aparecimento de outras redes que não tem sua centralidade em Belém, como a grande maioria daquelas da Amazônia ocidental e mesmo de algumas porções da Amazônia oriental, como parte do sul e sudeste do Pará, não se pode desprezar a permanência da centralidade de Belém para alguns fluxos.

Antes de terminar é preciso reforça ainda a ideia de que embora Belém, por meio da Ceasa, funcione como centro de distribuição de mercadorias dentro da região amazônica, sua produção ocorre principalmente em outras porções do território brasileiro, particularmente, no Vale do São Francisco, no Estado de Goiás, no Triângulo Mineiro e nos estados do sul e sudeste (cuja distribuição ocorre via Ceagesp).

Este dado acaba reforçando a necessidade de pensar a acumulação capitalista num contexto geográfico expansivo, reforçando que embora o impulso para a acumulação se expresse no processo produtivo, não se deve ignorar o fato de que a criação do valor depende da capacidade de sua realização por meio da circulação.

Referências

BECKER, B. Dinâmica urbana na Amazônia. In: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Mauro Borges. **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: volume III – Regiões de referência. Brasília: MP, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. A organização urbana. In: **Geografia do Brasil**, Região Norte, Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Vol. 3, 255-71

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência de cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas; IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; UNICAMP. Universidade de Campinas. Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração atual e tendências da rede urbana. Brasília: IPEA, 2002. Volumes 1 e 4.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. São Paulo: Dos bairros e subúrbios rurais as bolsas de valores de mercadorias e de futuro. In: CARLOS, A. F. A; OLIVEIRA, A.U. (Org.) **Geografias de São Paulo: a metrópole no século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

SATHLER; MONTE-MOR; CARVALHO. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, ano 19, nº 1, pp. 11-39, jan.-abr., 2009.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. f 395. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.